

GRUPO PERMANENTE DA DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - GPCOT

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Pauta:

- 1) Avaliação do Plano de Cargos e Carreira – PCC do MTb;
- 2) Ratificação dos Avisos Ministeriais sobre PCC;
- 3) Compensação das horas de greve, e
- 4) Apreciação de proposta de pauta prioritária.

Data: 11.09.2018

Hora: 15h

Local: Sala 545 – Ed. Sede do Ministério do Trabalho

Participantes

Nome	Área	Telefone	e-mail
------	------	----------	--------

signatários da lista de presença em anexo

Memória

MONIQUE – SE abre a reunião justificando a ausência do Secretário Executivo.

CARLOS - SINAIT registra a importância do resgate dos trabalhos do GPCOT e salienta que não participou da reunião anterior, do dia 23/08, porque não foram avisados, motivo pelo qual desconhecem a pauta. Pedem para analisar e incluir, se for o caso, as questões próprias dos AFTs.

MÁRIO - CONDSEF destaca que a pauta é um resgate das atas das reuniões anteriores do GPCOT, disponíveis para todos os participantes, e das quais o SINAIT tem conhecimento.

ROGÉRIO – CONDSEF: tiveram reunião com o Ministro e pediram para resgatar o GPCOT, e apresentaram a pauta. Sugere que o SINAIT apresente a sua pauta e hoje sejam trabalhadas as questões que a equipe do MTb já se preparou com base na reunião anterior.

ROSA – SINAIT: lamenta o “não convite” do SINAIT e pede que seja definido um cronograma de reuniões para organização dos participantes.

WALTER CESAR – CONDSEF: sugere que as convocatórias sejam mandadas para os e-mails dos participantes.

MONIQUE: esclarece que a secretaria executiva do GPCOT é a COGEP. As convocatórias serão encaminhadas por ofício e por e-mail e será feita uma memória de reunião, a ser divulgada aos participantes. Em seguida, sugeriu que se iniciassem as discussões dos itens da pauta e como 4º item fosse apresentada a pauta do SINAIT.

BETH/SP: pediu para no item 3 introduzir uma questão específica de São Paulo.

CIDA: apresentou um resgate do PCC como foi apresentado ao Ministério do Planejamento. Entende que o Plano continua sendo interessante porque valoriza a carreira, mas precisa de atualizações, como algumas nomenclaturas que sofreram alterações, bem como a tabela remuneratória. Entende importante que seja apresentado aos participantes um estudo feito pelo servidor Valdir Valdivino, que trata dos serviços oferecidos pelo MTb à sociedade. Destaca que o estudo é importante para a defesa do plano de cargos e carreiras porque valoriza a carreira ao destacar sua importância para a sociedade.

CELINHA/BA: acha importante que o Valdir integre o GPCOT como membro, para trazer o embasamento técnico do plano de carreira.

BETH/MS: reforçou o pedido para que o Valdir integre o GPCOT e destaca que o trabalho do Valdir dá amparo para a importância do trabalho prestado pelos servidores administrativos.

FREDSON-SOAD Substituto: entende que é necessária uma nova proposta. Destaca a

GRUPO PERMANENTE DA DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - GPCOT

MEMÓRIA DE REUNIÃO

relevância de ser definido quando será possível apresentar esse novo plano e ao invés de ratificar os Avisos, fazer novos Avisos. Definir se na próxima reunião já se terá esse novo plano. Entende que os 2 primeiros pontos de pauta apresentados precisam de mudança. Sugere um avanço definindo se na próxima reunião já há condições de se apresentar uma nova proposta.

FERRONATO - COGEP: sobre o item 3 da pauta, apresentou o levantamento realizado pela COGEP sobre as horas não compensadas pelos servidores das últimas greves (2010, 2013 e 2015). Foram apuradas 74.995 horas ainda não compensadas. Os Estados que já quitaram as horas devidas foram: AL, AP, MA, MS, PA, PB, RO, RR, RS, SC.

O acordo que teria sido feito com o Secretário Feijó não foi formalizado e o RH não localizou nenhuma ata correspondente.

ROGÉRIO - CONDSEF: fez um resgate da negociação, defendendo que mais importante que a compensação das horas seria a prestação de serviços extras para a sociedade. Informa que a greve de 2015 teve um acordo firmado no âmbito do Ministério do Planejamento, com a criação de um comitê para discutir questões da carreira e o MP teria autorizado a discussão da demanda reprimida ao invés das horas. Destacou acordo firmado no Ministério da Saúde que privilegiou a compensação colocando o serviço em dia. Na época, o CGRH do MTb disse que não tinha essa orientação e pediram à SE. Fizeram uma primeira reunião, apresentaram o acordo do MS e o MTb ficou de estudar/levantar dados para ver como seria a formalização, mas problemas no MTb deixaram o acordo em suspenso. Destaca que nos setores onde não há serviço reprimido, os servidores podem ser deslocados para outros setores.

ROGÉRIO-CONDSEF: diz que pautou essa questão no Planejamento com o Secretário de Gestão de Pessoas – Augusto Chiba e foi orientado a resolver no âmbito do MTb e que poderiam ser requeridos em caso de dificuldade.

IVETE/MT: lembra que a greve de 2010 foi judicializada, motivo pelo qual devemos ter cautela nesse assunto e buscar uma análise jurídica.

FREDSON: existem algumas decisões do MP que tratam dessas questões. Temos que observar que há servidores que já compensaram essas horas e outros pagaram em pecúnia. Sugere que ROGÉRIO traga o acordo firmado no âmbito do MS e outros documentos que tiver para balizar o MTb na análise, pois hoje não há dados suficientes para decidir. Ressalta o cuidado com a questão da isonomia entre os servidores. O MTb precisa analisar esses casos para dar a tratativa de acordo com a legalidade, e embasado na posição do MP.

BETH/SP: entende que o mais importante é o reconhecimento do direito de greve e o pouco conquistado foi fruto da mobilização e não podem ter a lógica da punição. Afirma que o acordo firmado no fim da greve de 2010 não foi cumprido, e mesmo assim exigem a compensação.

Sobre 2015, diz que o Ministério do Planejamento autorizou que a negociação da compensação fosse local. Seguindo essa orientação, a então Superintendente de São Paulo firmou acordo para colocarem o serviço em dia, como forma de reposição dos dias parados. Após a compensação, firmaram ata reconhecendo a quitação das horas, mas a CGRH não reconheceu a negociação local. Afirma que não aceitam essa ingerência da CGRH, mas o Superintendente atual não pode resolver a questão. Pedem que o MTb reconheça a negociação local e, conseqüentemente, a quitação das horas devidas pelos servidores de SP.

Em relação ao demais servidores, pede que fique registrado o reconhecimento pelo MTb da

GRUPO PERMANENTE DA DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - GPCOT

MEMÓRIA DE REUNIÃO

possibilidade de reabertura de negociação do acordo assinado em 2015 sobre a compensação das horas, o que sinalizaria para a categoria um avanço na discussão.

FREDSON: precisamos conhecer esses normativos e orientações para podermos formar opinião.

MONIQUE: solicitou que Beth digitalizasse o processo e mandasse para o COGEP, Paulo Ferronato, para que possa ser analisado. E questionou sobre a existência de algum outro Estado na mesma situação, sendo que não houve manifestação.

Solicitou, então, que Beth mandasse o processo de SP e Rogério a Negociação do Ministério da Saúde e as Orientações do Planejamento sobre a compensação para o e-mail paulo.ferronato@mte.gov.br até sexta-feira, 14/09/2018.

ROGÉRIO entregou aos representantes da COGEP a Tabela do DIEESE sobre os padrões salariais.

ROSA: pede que seja levada ao Ministro a demanda de que essas horas devidas sejam anistiadas, e que seja avaliado, inclusive, se já não ocorreu a prescrição da possibilidade de compensação, principalmente as horas devidas de 2010 e 2013.

Sobre a pauta do SINAIT, CARLOS SILVA informou que precisa avaliar as atas anteriores para verificar qual seria sua pauta prioritária. Ficou acertado que enviaria para o e-mail paulo.ferronato@mte.gov.br até o dia 18/09/2018.

Passou-se, então para a leitura da PAUTA PRIORITÁRIA apresentada.

Sobre o item 8, destacaram a urgência da necessidade de capacitação dos servidores, que estão fragilizados e desfalcados, sem apoio do órgão central. Reclamam da falta de circulares orientativas, que ficam sem embasamento para atender advogados, sindicalistas, etc.

Também citaram a falta de Auditores Fiscais para os plantões de orientação, que em muitos lugares não existe mais. Sobre esse tema, o SINAIT esclareceu que a “extinção” da atividade de orientação saiu do gabinete do Ministro, ao arpejo da SIT, que após esclareceu que essa atividade deveria ser incluída no planejamento.

JOAQUIM/PR: destacou o problema da emissão de CTPS para estrangeiros, que há muita legislação, envolvendo vários órgãos, e que os casos são muito diferenciados. Há uma preocupação com a emissão de documentos de forma errada de modo que deveria ser dada mais importância para essa atividade. Entende que uma qualificação nessa área seja urgente.

Também questionou a suspensão da consulta ao sistema CAIXA para alguns servidores administrativos, ressaltando a relevância dessa consulta para o Seguro Desemprego e Abono Salarial.

MONIQUE destacou que a emissão de CTPS para estrangeiros é pontual em alguns Estados e precisam analisar para incluir no Plano de Capacitação.

Sobre o item 11, Monique explicou a situação da TI do MTb e informou que o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC vai entrar em funcionamento, assim, solicitou que apresentem uma proposta mais clara e objetiva.

Sobre o item 16, Rogério afirmou que há estudos no sentido de que a jornada de 7 horas é mais produtiva. Citou os exemplos do TCU e do Judiciário. Ficou de apresentar esses estudos. Após a leitura de todos os itens da pauta apresentada, passou-se a definição da pauta da próxima reunião:

- 1) Apresentação do Valdir

GRUPO PERMANENTE DA DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - GPCOT

MEMÓRIA DE REUNIÃO

- 2) Concurso
- 3) Resposta às informações de Rogério e Beth
- 4) Definição da priorização da pauta após a manifestação do SINAIT

Pediram que a convocação incluísse um turno a mais para o deslocamento e eventual reunião dos representantes. E que os Superintendentes fossem informados das reuniões do GPCOT para que possam liberar os servidores para as tratativas necessárias.

SINAIT pediu que a Administração financie a vinda dos representantes dos servidores para a reunião do GPCOT, ao que o Secretário Executivo respondeu que a COGEP vai verificar junto ao Ministério do Planejamento.

Ficaram definidas as seguintes datas para as próximas reuniões: 16/10; 13/11 e 05/12.

Próxima reunião

Data: 16/10/2018

Hora: 9 h

Local: a definir pela SE

Pauta:

- 1) Apresentação do Valdir
- 2) Concurso
- 3) Resposta às informações de Rogério e Beth
- 4) Definição da priorização da pauta após a manifestação do SINAIT